



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

STF dá 20 dias para governo propor melhoria no combate a crimes financeiros

Felipe Sampaio/STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou por unanimidade uma decisão do ministro Flávio Dino que alerta o presidente Lula (PT) para os riscos que a atual situação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) representa ao mercado financeiro. Além do alerta, a Corte determinou que a União apresente, no prazo de 20 dias, um plano emergencial para reforçar a atividade fiscalizatória da autarquia ainda em 2026.

Segundo o STF, a falta de integrantes no colegiado da CVM tem ampliado os riscos de atuação de organizações criminosas, lavagem de dinheiro e corrupção no país, como no caso do Banco Master. O documento requisitado pela Corte deverá prever medidas como fiscalizações extraordinárias, mutirões, pagamento de horas extras para julgamento de processos e recomposição de pessoal.

A decisão foi referendada pelo plenário virtual do STF no julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade

(ADI) movida pelo Partido Novo. No voto acompanhado pelos demais ministros, Dino determinou o envio de ofícios a Lula e ao presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União), para informar as dificuldades enfrentadas pela CVM e os impactos da atual estrutura do órgão sobre a fiscalização do mercado de capitais.

O aviso ocorre poucos meses após o presidente interino da CVM, João Accioly, admitir em audiência no Senado que a instituição enfrenta limitações de pessoal e orçamento para fiscalizar irregularidades no sistema financeiro. Na ocasião, ele afirmou que a CVM identificou movimentações atípicas envolvendo o Banco Master desde 2022, mas reconheceu que diversos procedimentos ainda estavam em andamento devido à insuficiência de recursos humanos e tecnológicos.

Segundo Accioly, os servidores trabalham acima da capacidade e o acúmulo de processos dificulta respostas mais rápidas às suspeitas de irregularidades. Ele também informou aos senadores que havia cerca de 200 processos em análise



Decisão de Flávio Dino alerta Lula sobre a situação da CVM

que poderiam resultar em punições relacionadas ao Banco Master e a outras instituições investigadas.

Ao justificar a necessidade de reforçar a estrutura da CVM, o STF destacou que a ausência de membros no colegiado responsá-

vel pelo julgamento de processos administrativos compromete a missão institucional da autarquia e amplia os riscos para o mercado financeiro.

“Aumentando riscos no mercado de capitais, notadamente quanto à atuação de organizações criminosas, lavagem de dinheiro, corrupção, entre outros atos ilícitos”, registra a decisão referendada pelo plenário.

Problemas estruturais

A Corte também estabeleceu prazo de até 90 dias para a elaboração de um plano complementar de médio prazo voltado ao enfrentamento de problemas estruturais da instituição. Entre os objetivos estão a eliminação de gargalos na fiscalização, a ampliação do uso de tecnologia para prevenção de fraudes, a redução da evasão de servidores e a revisão da política remuneratória.

A CVM é a autarquia federal responsável por desenvolver, regular, orientar e fiscalizar o mercado de capitais no Brasil, protegendo os investidores, garantindo a transparência das informações e coibindo fraudes ou práticas abusivas.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Advogado rebateu declarações do ministro Dario Durigan

Kakay rebate ministro de Lula após fala sobre Ibaneis

O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, reagiu às declarações do ministro interino da Fazenda, Dario Durigan, sobre o ex-governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, no contexto das investigações envolvendo o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master. Em entrevista à revista Veja, Durigan afirmou que “a origem do problema do BRB é criminal” e que Ibaneis “possivelmente será preso também”.

Em nota enviada à coluna, Kakay, advogado de defesa do ex-governador, classificou a declaração como “muita irresponsabilidade” e ressaltou que Ibaneis não é investigado formalmente no caso.

“É muita irresponsabilidade de um ministro de Estado, que só deve conhecer a investigação pela imprensa, falar em responsabilização criminal e até em possibilidade de prisão de uma pessoa que, até o presente momento, sequer é formalmente investigada”, afirmou Kakay.

Na sequência, o advogado insinuou que a declaração de Durigan poderia indicar acesso indevido a informações sigilosas. “A não ser que ele tenha informações privilegiadas, o que seria grave, e tenha conversado com o possível delator”, disse.

Kakay também afirmou que o governador do DF apoia as investigações e reiterou que Ibaneis sempre deu autonomia à direção do banco estatal.

“O governador Ibaneis aguarda com tranquilidade, apoiando a investigação. Afinal, como governador, sempre deu autonomia absoluta ao presidente do BRB e reafirma que está à disposição das autoridades devidamente constituídas”, declarou.

Até o momento, não há informação pública sobre investigação formal contra Ibaneis no caso.

Paraná adquire primeiras metralhadoras da história do estado

A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (Sesp) fez a primeira compra de metralhadoras da história do estado. São quatro unidades do armamento israelense modelo IWI Negev.

De acordo com a Sesp, os equipamentos serão utilizados para aperfeiçoar o preparo das forças de segurança do Paraná no combate a criminosos.

“Nossas polícias contam com infraestrutura, armamento e equipamentos tecnológicos de primeira linha. Somadas ao setor de in-

teligência, as forças de segurança são capazes de ampliar o preparo e, principalmente, a antecipação às ações de criminosos”, afirma o secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Saulo Sanson.

O armamento é uma metralhadora leve, utilizada em mais de 60 países, incluindo as Forças de Defesa de Israel. Ele pode ser adaptado para uso em veículos de combate, helicópteros e embarcações militares. O investimento na compra das quatro unidades IWI Negev foi de US\$ 84 mil.



Metralhadora IWI Negev

sistemadearmas.com.br

Zema atende a aliados e faz gesto a Flávio Bolsonaro

Romeu Zema (Novo) fez mais um gesto a Flávio Bolsonaro (PL) após ser cobrado internamente em seu próprio partido pelas críticas que havia feito ao senador devido à revelação das mensagens trocadas com Daniel Vorcaro.

Nesta terça-feira (2/6),

durante uma agenda com o parlamentar, o ex-governador de Minas Gerais foi questionado por jornalistas sobre se cogita ser vice na chapa de Flávio.

Zema respondeu: “Isso vai ser decidido no momento adequado. Estou com a minha pré-campanha, mas, no segundo

turno, precisamos estar unidos e estaremos. Todos juntos contra o PT no segundo turno”.

Como mostrou a coluna, Zema decidiu recuar nas críticas a Flávio Bolsonaro após ser cobrado por aliados contrários a um rompimento com o bolsonarismo.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Romeu Zema é pré-candidato ao Planalto pelo partido Novo